

AGRICULTURA EM SÃO PAULO

Boletim Técnico do Instituto de Economia Agrícola

Ano XV — São Paulo, julho/agosto de 1968 — N.º 7/8

PREÇOS MÍNIMOS PARA A SAFRA 1968/69

1 — ASPECTO GERAL DA SITUAÇÃO AGRÍCOLA

Os resultados preliminares do ano agrícola de 1967/68 prestes a encerrar-se, não são nada alentadores quando observados em seus aspectos globais. Não sendo propriamente desastroso, foi no entanto um ano mofino, o que é agravado pelo fato de seguir a uma temporada já de parcos resultados como foi 1966/67. Em

realidade, 1967/68 representa o 3.º ano consecutivo em que a renda bruta da agricultura paulista diminuiu. Em termos de renda real será preciso voltar mais de dez anos para encontrar-se valor equivalente. Do mesmo modo que a renda bruta, a renda "per capita" mostra a mesma e inquietadora tendência.

Os quadros que seguem, mostram claramente o que vem de ser dito.

QUADRO 1. — Renda Bruta da Agricultura Paulista
NCr\$ 1000

Ano	Valor Corrente	Valor em cruzeiros de 1967 (1)	Índice
1960	148 733	2 865 761	100
1961	229 477	3 222 991	112
1962	354 375	3 278 215	114
1963	657 934	3 505 242	122
1964	1 036 735	2 893 483	101
1965	1 938 433	3 444 266	120
1966 (1)	2 312 289	2 966 755	104
1967 (1)	2 845 077	2 845 077	99
1968 (2)	3 169 000	2 840 000	92

Nota: Utilizou-se o índice «2» da Fundação Getúlio Vargas, com inflator, admitindo-se que melhor represente a alteração geral do valor de nossa moeda, entre 1967 e 1968 admitiu-se uma inflação de 20%.

(1) Dados preliminares, retificando os anteriormente publicados.

(2) Estimativa preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola — S. A. — S. P.

QUADRO 2. — Estado de São Paulo — Valor da Produção Agrícola, per Capita da População Rural do Interior (expressa em preços constantes).

Média Quinquênio e ano	em NCr\$ de 1958 (2)	em US\$ 1958 (3)
1948/52	17,19	216
1953/57	20,53	258
1958/62	21,67	273
1960	20,70	260
1961	23,30	293
1962	23,72	298
1963	25,35	319
1964	20,93	263
1965	24,90	313
1966 (1)	21,45	270
1967 (1)	20,57	259
1968 (4)	19,09	240

(1) Dados preliminares.

(2) Dados expressos em Cr\$ de 1958 usando-se como deflator o índice «2» da F.G.V.

(3) Utilizou-se a taxa de NCr\$ 0,795 por US\$.

(4) Estimativa preliminar.

Também o volume total, que vinha acusando ganhos contínuos nos últimos anos, dá mostras de estagnação. Isso pode ser melhor avaliado pelo quadro seguinte, que abrange 23 produtos, estando excluído o café, dado o comportamento cíclico da sua produção. Nesse quadro, já se observa o decréscimo na produção de certos grupos de produtos; origem animal, matéria prima para a indústria e produtos de exportação. Apenas o grupo representado pelos produtos alimentícios vegetais, cuja obtenção, via de regra, exige menor dispêndio é que ainda registra ganhos.

Por fim, registre-se ainda que a relação entre os preços recebidos e os preços pagos, permanece bastante desfavorável à agricultura, como pode ser visto no quadro 4.

Todos esses dados comprovam que o setor primário da economia paulista continua em seu processo de empobrecimento, perdendo substância ano a ano, mesmo em relação a níveis que estavam muito longe de serem brilhantes.

Mostram também que a política governamental de amparo a setores isolados da agricultura, como as maiores facilidades de crédito, o estímulo à aquisição de fertilizantes, máquinas e outros insumos etc., não tem bastado para sustar essa progressiva descapitalização. Por importantes que tais programas isolados sejam, não têm eles atuado sensivelmente no sentido de melhorar a remuneração das atividades agrícolas.

E' evidente que o enfraquecimento do setor primário, com a

QUADRO 3. — Índice de Volume Produzido pela Agricultura de São Paulo
1948/52 = 100

Ano	Geral 24 produtos	Geral s/café 23 produtos	Produtos Alimentícios			Matérias-pri- mas para indústria 8 produtos	Produtos de Exportação 3 produtos
			Vegetais 8 produtos	Origem Animal 4 produtos	Total 12 produtos		
Média 53/57	113	114	104	130	119	146	105
Média 58/62	142	152	141	167	154	262	112
1960	133	150	149	162	155	243	95
1961	150	158	158	168	163	274	119
1962	135	170	156	171	164	315	79
1963	154	171	189	162	176	287	113
1964	117	163	155	172	164	290	45
1965	168	183	195	172	183	381	121
1966 (1)	141	174	167	169	168	336	85
1967 (1)	151	176	203	166	184	346	90
1968 (1)	134	172	—	—	—	—	—

(1) Estimativas preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola — S. A. — S. P.

conseqüente queda do poder de compra dos agricultores afeta direta e quase imediatamente os demais setores da economia, havendo assim, por todos os títulos, necessidade urgente de se estender à agricultura um amparo mais efetivo, capaz, pelo menos, de impedir o retrocesso sistemático que vem sendo observado e que constitui motivo para sérias preocupações.

Num tal contexto, é claro que a garantia de preços mínimos não representa por si só, a providência capaz de soerguer a agricultura, tirando-a do plano inclinado em que se acha. Mas é inegável que nela, tem o govêrno uma das mais poderosas armas para êsse soerguimento e que no conjunto de providências que devem ou venham a ser tomados, especial empenho deve merecer uma efetiva garantia de preços que contemple aquêles objetivos.

2 — CRITÉRIO GERAL

Embora até certo ponto estranhável, têm sido freqüentes as objeções quanto ao critério de se admitir uma desvalorização da moeda, nos estudos destinados a estabelecimento das bases de preços mínimos, como vem ocorrendo com os trabalhos que esta Secretaria anualmente elabora sobre o assunto e nos quais se procuram situar as necessidades que a respeito, apresenta a agricultura de São Paulo.

A estranheza decorre sobretudo do fato inelutável de que a garantia de preços é fixada para uma colheita futura e que tais preços não teriam sentido caso não le-

vassem em conta as forças básicas que atuam sobre o valor da moeda. A única objeção que eventualmente poderia justificar considerações, seria aquela de que preços mínimos contendo contingente inflacionário, já seria, implicitamente, um fator inflacionário. A isso entretanto cabe ponderar que a possível influência dos preços mínimos nesse sentido seria mínima, havendo forças muito mais poderosas em atuação e acima de tudo, o fato de que ditos preços, sem êsse fator corretivo, poderão em certos casos, provocar piores conseqüências inflacionárias em decorrência dos seus detrimenais e feitos sobre as atividades agrícolas.

Não há portanto razões para fugir à realidade. De passagem diga-se aliás que os estudos elaborados por esta Pasta, sempre mostraram-se bastante comedidos neste aspecto, admitindo taxas de inflação que foram invariavelmente superadas, às vêzes mesmo de modo excessivo.

Nos últimos 12 meses, tomando-se o "índice geral de preços" (índice n.º 2 da Conjuntura Econômica) como medida para a desvalorização da moeda (para percentuais elevados de inflação como aquêles que sóem ocorrer entre nós, o índice geral de preços é tão válido como qualquer outro sistema de aferição) verifica-se que dita desvalorização, muito se aproximou dos 25%. Em trabalho idêntico do ano anterior tinha-se admitido para o citado período 20% o que demonstra mais uma vez ter-se guardado margem de prudência bastante segura. Para os próximos 12 meses admitir-se-á

QUADRO 4. — Evolução de Preços na Agricultura Paulista
1948/52 = 100

Ano	Índices Preços Recebidos (¹)	Índices Preços Pagos (²)	Relação Pr. Recebidos/ Pr. Pagos
1960	515	683	75
1961	726	887	82
1962	1 206	1 411	85
1963	2 033	2 517	81
1964	4 018	4 497	89
1965	5 086	7 626	67
1966 (³)	7 354	10 187	72
1967 (³)	8 556	11 209	76

(¹) Inclui 24 dos principais produtos.

(²) O índice parcial compreende 32,51% do dispêndio total da agricultura, mas representa o total das compras efetuadas fora do setor agrícola.

(³) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola — S.A. — S.P.

novamente uma desvalorização de 20% o que, como já foi dito, representa um verdadeiro crédito de confiança ao atual governo e um sacrifício perfeitamente suportável pela nação, caso seja acompanhado da retomada firme do desenvolvimento.

Essa taxa de desvalorização servirá como "substratum" para a avaliação dos preços mínimos de garantia a serem estabelecidos para a futura safra de 1968/69, sofrendo entretanto e naturalmente, variações conforme imponha a situação particular de cada produto a ser beneficiado com dita garantia.

3 — ANÁLISE DOS PRODUTOS

Passando agora a uma ligeira análise individual dos produtos, cabe registrar:

3.1 — ALGODÃO

3.1.1 — Situação mundial

De dois anos para cá, a situação estatística do algodão passou duma sombria posição de excesso de oferta, com enormes sobras que de ano a ano cresciam inquietantemente, para um estágio que pode ser considerado de equilíbrio e até mesmo de carência para certas classes de fibra. O "carry-over" a 1.º de agosto próximo está estimado em 20,5 milhões de fardos ou, cêrca de 6 milhões a menos que em igual data de 1967 e 10 milhões a menos que a grande sobra de 1/8/66. Nos EE.UU., o país que mais contribui para essa transformação, os estoques não deverão ultrapassar 7,0 milhões de fardos ao iniciar-se a próxima temporada, o que significa pesada redução quando cotado com os 12,5 milhões de 1/8/67 e os 16,9 milhões de ... 1/8/66. Como detalhe de alta

significação cabe ainda citar o fato de que os estoques norte-americanos em poder de seu governo (C.C.C.), estão para todos os efeitos práticos, esgotados.

Assim, em 17/4/68 tais estoques somavam apenas 655 mil fardos. Dessa forma, os preços pelos quais a C.C.C. venha a vender seus algodões, pouca ou nenhuma influência poderão exercer sobre o preço internacional do produto, o qual, será ditado, acima de tudo, pela relação oferta-procura. Quanto à próxima safra norte-americana, embora não tenha ainda sido divulgada a 1.ª estimativa oficial, sabe-se com segurança que ela ficará muito aquém do objetivo inicial de 13,5 milhões de fardos. Com efeito, os 11,1 milhões de acres plantados, acrescidos um pouco com a liberação introduzida na medida das áreas plantadas sob o sistema de linhas alternadas (skip-row) poderiam produzir, com o rendimento "record" alcançado em 1965/66 (526 lbs/acre) um volume próximo de 12,7 milhões de fardos. Entretanto, certos contra-tempos surgidos no período vegetativo parecem indicar com segurança que nem mesmo 12 milhões poderão ser conseguidos. Este volume é nitidamente inferior às necessidades normais de consumo interno (9,0 milhões) acrescidos duma exportação também normal (média anual de 4,3 milhões no último quinquênio), embora represente um aumento de mais de 60% sobre a produção de 1967/68.

Nas outras áreas produtoras, é possível que se verifique uma tendência para o aumento da produ-

ção, porém não se espera que no conjunto geral, dito aumento chegue a alcançar 1,0 milhão de fardos.

Quanto ao consumo mundial, a tendência para aumentos cada vez menores deverá manter-se, tudo indicando que o consumo global de algodão deverá ser levemente superior ao da temporada passada. Como o aumento do consumo se processa principalmente entre os países produtores, ele não se reflete inteiramente no comércio internacional do produto. Em realidade, o consumo nos chamados países desenvolvidos, dentre os quais se situam os grande importadores de algodão, acha-se em declínio. A crescente concorrência das fibras artificiais e o deslocamento que se verifica na indústria textil de algodão, a qual tende a se transferir dos países altamente industrializados para os países produtores em vias de desenvolvimento são as causas profundas desse fenômeno, que em certos períodos pode ser acentuado por depressões econômicas e outras dificuldades. As perspectivas para o próximo período no entanto, apontam para um comércio internacional bastante volumoso, embora um pouco inferior àquele verificado há dois anos passados. A Europa Ocidental, onde os estoques atuais são muito baixos talvez acuse um ligeiro aumento nas importações, o contrário podendo acontecer com o Japão, em virtude de certas medidas restritivas recentemente adotadas e também como reação natural às substanciais compras realizadas na presente temporada. Essa confortável perspectiva quanto ao volume de transações internacio-

nais, pode eventualmente não materializar-se em decorrência de possível depressão econômica no mundo ocidental, ligada às medidas destinadas à sustentação do dólar e outras moedas e também a outras causas, como seja por exemplo, as dificuldades por que deverá atravessar a França. Também a terrível concorrência das fibras artificiais, agora baixando seus preços e com certas fábricas lançando mão de práticas comerciais pouco lícitas, i. é., vendendo paralelamente às suas marcas tradicionais fibras sem marcas e a preços aviltados, poderá afetar aquela perspectiva.

Em resumo, as maiores probabilidades apontam no sentido duma firme posição estatística, amplas possibilidades de exportação e preços que deverão manter-se nos níveis razoavelmente satisfatórios da temporada findante. Estes, talvez acusem ainda ligeiro aumento (mormente se a safra norte-americana fôr sensivelmente inferior a 12 milhões de fardos) porém, tudo indica estar afastada a hipótese de substanciais elevações como aquelas verificadas na safra passada, pois a despeito da posição estatística ser ainda muito boa, a oferta deve melhorar sensivelmente e o espectro duma depressão econômica continua presente.

3.1.2 — Situação interna

Após dois anos sucessivos de elevadas contrações na superfície de plantio, a cotonicultura paulista reanimou-se um pouco no ano agrícola de 1967/68, expandindo em cerca de 17% sobre a inadequadamente restrita área de

plantio a que tinha chegado na safra anterior. Esse aumento de área, ao que tudo indica não irá prejudicar a produtividade da cultura. Com efeito, não obstante certas dificuldades iniciais relacionadas com o tempo e até com o aparecimento de nova praga, a cultura recuperou-se nos meses seguintes, desenvolveu-se muitíssimo bem e ofereceu generosa colheita. Como resultado, o rendimento unitário já se encontra muito próximo dos dois anos "records" que o precederam e muito possivelmente irá ultrapassá-los. E' ainda quase certo que a média de produção por unidade de área obtida neste ano em São Paulo, irá suplantará a registrada nos EE.UU. Embora até certo ponto se esteja cotejando extremos, i. é., uma boa colheita aqui e um mau ano nos EE. UU., o fato é bastante significativo, pois de qualquer modo, os nítidos progressos que nestes últimos anos vêm sendo assinalados neste aspecto pela cotonicultura paulista, fizeram com que sua produtividade se aproximasse bastante da norte-americana. O feito deve merecer a atenção de certos círculos habituados na defesa de baixos preços, sob a alegação de que estes não são baixos, mas sim os rendimentos unitários. No que concerne à qualidade da fibra, ela não quebrou a tendência normal, qual seja, a de que melhores rendimentos unitários sóem ser acompanhados de melhoria na qualidade. Com efeito, neste particular parece não haver mais dúvidas de que a presente safra paulista é a melhor já obtida desde muitos anos.

De passagem registre-se que o

QUADRO 5. — Algodão em São Paulo

Média Quinquênio e Ano	Área plantada 1 000 ha	Produção 1 000 arrobas em caroço	Rendimento agrícola kg/ha	Preço médio recebido pelos lavradores		Índice geral de preços no Brasil		a/bx100
				preço corrente NCr\$ 15/kg	índice a	(1)	b	
Média								
1948/52	1 094	40 929	561	0,08	100	100		100
1953/57	729	36 717	756	0,13	162	217		75
1958/62	528	35 421	1 006	0,43	538	678		79
Ano								
1960	498	35 180	1 059	0,39	488	585		83
1961	569	34 673	915	0,59	738	803		92
1962	678	47 513	1 052	0,74	925	1 218		76
1963	605	39 827	987	1,20	1 500	2 116		71
1964	508	39 813	1 175	2,50	3 125	4 038		77
1965	653	34 800	799	3,77	4 712	6 344		74
1966	477	46 607	1 467	4,27	5 338	8 786		61
1967	290	27 240	1 407	5,20	6 500	11 296		58
1968 (2)	339	30 000	1 327	7,00	8 750	14 107		62

(1) Baseado no índice «2» da Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas.

(2) Estimativa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola — S.A. — S.P.

QUADRO 6. — Amendoim em São Paulo

Médias Quinquênio e Ano	Área plantada 1 000 ha	Produção 1 000 sacos 25 kg em casca	Rendimento agrícola kg/ha	Preço médio recebido pelos lavradores		Índice geral de preços no Brasil		a/bx100
				preço corrente NCr\$ 25/kg	índice a	(1) b		
Médias								
1948/52	152	6 352	1 043	0,06	100	100	100	
1953/57	152	6 724	1 106	0,13	217	217	100	
1958/62	338	16 598	1 227	0,39	650	678	96	
Ano.								
1960	295	14 500	1 228	0,44	733	585	125	
1961	427	18 600	1 088	0,52	867	803	108	
1962	479	21 800	1 137	0,65	1 083	1 218	89	
1963	382	19 200	1 255	1,06	1 767	2 116	84	
1964	409	15 300	935	3,73	6 217	4 043	154	
1965	414	24 000	1 450	4,16	6 933	6 344	109	
1966	482	26 700	1 386	5,35	8 917	8 786	101	
1967	552	19 650	890	4,85	8 083	11 296	72	
1968 (2)	390	19 600	1 256	6,90	11 500	14 107	82	

(1) Baseado no índice «2» da Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas.

(2) Estimativa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola — S.A. — S.P.

acontecido em São Paulo passou-se também no Paraná e em escala ainda mais acentuada. Este estado registrou sua colheita "record", tanto no aspecto qualitativo como quantitativo, aproximando-se muito do volume de produção obtido por São Paulo.

3.1.3 — Critério

Apesar do ganho verificado na superfície de plantio, São Paulo continua com a necessidade premente de expandir de modo substancial aquela área. É preciso não esquecer que a expansão verificada, o foi em relação a um plantio diminuto, maior apenas que o de 1932/33, quando se iniciou a implantação do novo ciclo algodoeiro paulista. Assim, a despeito do avanço realizado, a área plantada em 1967/68 continua a ser, com exceção da precedente, a menor dos últimos 33 anos e de qualquer modo, 40% menor que os 230.000 alqueires (556 mil hectares) indicados como meta mínima para o Estado. Esta meta, destina-se a assegurar uma produção de 240 a 250 mil toneladas de pluma (admitindo-se rendimentos unitários somente superados nos 3 últimos anos) e é necessária para assegurar a manutenção da economia algodoeira do estado em níveis normais, suprimindo as necessidades do consumo interno além dum razoável contingente exportável. É de resto, bastante modesta e realista, bastando para chegar-se a essa conclusão, cotejá-la com as 464 mil toneladas de pluma obtidas em 1944, numa superfície de plantio de 730 mil alqueires.

Quanto às perspectivas para o

próximo plantio, não se dispõe até o presente momento de nenhuma indicação a respeito. É de se supor entretanto que mercê dos ótimos rendimentos que vêm de ser conseguidos e também à limitada existência de boas alternativas nas explorações possivelmente competitivas, haja ampliação da área de cultivo. Também a diminuta safra cafeeira pode contribuir nesse sentido. Isso tudo, a despeito dos preços, que internamente foram mantidos em níveis inferiores aos que permitiam os preços internacionais, o que em parte se deve ao fato dos preços mínimos de garantia terem sido fixados em bases excessivamente baixas. É muito provável que se os preços internos do produto tivessem refletido as cotações vigentes no mercado internacional, a próxima safra atingiria a meta atrás mencionada, com grande proveito ao país. Esta circunstância precisa ser levada na devida consideração ao se determinar a base de preço mínimo para a futura safra.

Tendo em conta as considerações que vêm de ser apresentadas e os objetivos por elas envolvidos, julgamos que o nível de garantia a ser estabelecido para a safra de 1968/69 deverá ser de NCr\$ 8,00 por arroba de 15 quilos de algodão em caroço tipo "5" (regular) livre ao produtor e pôsto no ponto mais distante do Estado (Mirante do Paranapanema). Convém frisar, que o nível de preço acima sugerido, admite um reajuste do dólar muitíssimo inferior aos 20% de desvalorização previstos para nossa moeda e representa apenas cêrca de 14% a mais do que a base de NCr\$ 7,00 sugere-

rida para a safra findante e que poderia ter sido perfeitamente assegurada face às cotações que prevaleceram no mercado mundial. O fato de ter sido aquela base fixada em nível substancialmente inferior (NCr\$ 6,00) foi inegavelmente uma das razões que permitiram o aviltamento dos preços do produto brasileiro nos mercados internacionais, acarretando graves prejuízos, não só ao Brasil como à própria indústria textil algodoeira dos mercados importadores, que tem interesse em operar sob preços estáveis, não lhe convindo perturbações nos preços da matéria prima.

3.2 — AMENDOIM

Devido principalmente aos insucessos das duas colheitas de 1966/67 (não só em baixos rendimentos unitários mas também em preços) o plantio de amendoim em 1967/68, apresentou um retraimento de área de aproximadamente 30%. O desenvolvimento da cultura foi satisfatório para a colheita “das águas” e adverso para a “sêca”. Como resultado global, obteve-se um rendimento unitário apenas razoável, bastante inferior aos melhores anos, mas de qualquer forma superior em mais de 40% ao desastroso ano precedente.

Em virtude sobretudo, da pequena oferta do produto e também pelo fato de no ano anterior estarem os preços aviltados (mesmo em valores correntes tinham baixado) êstes reagiram firmemente neste ano e situam-se presentemente em níveis satisfatórios.

Não obstante essa sensível melhoria dos preços é duvidoso que o próximo plantio registre grande expansão dessa cultura e que ela retome todo o poder competitivo que tinha em relação ao algodão. O que talvez se pode contar é com um leve incremento, insuficiente ainda para assegurar uma produção de 25 a 30 milhões de sacas, que é a meta desejável para o estado.

3.2.1 — Critério

Atendo-se ao que foi dito e tendo ainda em conta a importância da cultura como fonte de dinheiro para pequenos agricultores e o decisivo papel que exerce no abastecimento de óleos comestíveis, é de todo o interesse que esta exploração seja convenientemente amparada com base de preços mínimos que atendam a êsses propósitos. Nesse sentido e ponderando os fatores de ordem geral expostos no presente trabalho, julgamos que o preço de garantia para o tipo “3” básico, deve ser de NCr\$ 7,00 por saca de 25 quilos em casca, livre ao produtor. Tal preço, que representa cêrca de 14% acima daquele sugerido no ano passado, é também menor que aquêle vigorante no interior, possui as características que deve apresentar i.é., recoberto da suficiente margem de segurança para o organismo assegurador e a operação dos intermediários, sem prejuízo de suas funções básicas de garantia.

3.3 — ARROZ

Como frequentemente ocorre com a orizicultura “de sequeiro”, 1967/68 voltou a ser um ano desastroso. A severa estiagem por

QUADRO 7. — Arroz em São Paulo

Média Quinquênio e Ano	Área plantada 1 000 ha	Produção 1 000 sacos 60 kg em casca	Rendimento agrícola kg/ha	Preço médio recebido pelos lavradores		Índice geral de preços no Brasil (¹) b	a/bx100
				preço corrente NCr\$ saca 60 kg em casca	índice a		
Média:							
1948/52	495	11 759	1 425	0,15	100	100	100
1953/57	542	9 205	1 019	0,44	293	217	135
1958/62	574	10 840	1 133	1,25	833	678	123
Ano							
1960	573	11 000	1 151	0,84	560	585	96
1961	644	13 200	1 230	1,03	687	803	86
1962	508	10 200	1 204	5,27	3 513	1 218	288
1963	762	12 000	945	2,91	1 940	2 116	92
1964	1 108	15 000	812	6,57	4 380	4 043	108
1965	1 065	17 100	964	6,22	4 147	6 344	65
1966	702	9 600	821	14,92	9 947	8 786	113
1967	753	15 000	1 196	18,65	12 433	11 296	110
1968 (²)	881	11 000	749	23,00	15 333	14 107	109

(¹) Baseado no índice «2» da Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas.

(²) Estimativa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola — S.A. — S.P.

ocasião da “cacheação” infligiu duros prejuízos à colheita, disso resultando o ridículo rendimento de 750 quilos por hectare (aproximadamente 30,2 sacas por alqueire) o menor já registrado nos últimos 8 anos pelo menos. Recomeçou assim, a sequência de más colheitas, que vem perdurando desde 1963 e só interrompida no ano passado. De notar que êsses baixos rendimentos atingiram um ano de plantio bem extenso (o 3.º em tamanho, somente superado em 1964 e 1965), o que agrava a magnitude do insucesso.

A redução da oferta prevista, inclusive aquela proveniente do Brasil Central naturalmente vem contribuindo para a manutenção de preços a níveis mais altos do que os esperados. Apesar disso e do arraigado hábito do plantio do arroz entre os pequenos lavradores, é lícito aguardar-se certa diminuição na próxima superfície de plantio. Aliás, se esta redução não fôr exagerada, será benéfica à economia agrícola do estado, pois como repetidas vezes foi dito, o sistema de plantio de arroz “em sequeiro”, pelos riscos que comporta e pelos obstáculos que antepõe à modernização das práticas culturais, é desvantajoso à essa economia. De resto, a área atual de cultivo já é superior à meta estabelecida, que leva em conta a conveniência de São Paulo complementar seu consumo de arroz com a importação do produto obtido em áreas mais adequadas à sua produção.

3.3.1 — Critério

Considerando as razões acima,

mas também o fato de que as bases de preços mínimos acham-se presentemente muito abaixo dos preços de mercado sugere-se que o preço mínimo de garantia seja de NCr\$ 15,00 por saca de 60 kg de arroz em casca, grãos médios, tipos “1” e “2”, livre ao produtor. Tal preço, não chega a ser 14% superior às bases sugeridas para a safra passada e de qualquer forma, ficará, ao que tudo indica, tão distanciado do preço de mercado que pouco poderá influir na próxima superfície de plantio.

3.4 — FEIJÃO

Em poucas palavras, pode-se dizer que o feijão continua mal em São Paulo. Até agora, não dá sinais de sair do estágio de cultura atrasadíssima, com péssimos rendimentos, rotineira e explorada sob técnica primitiva. Permanece como exploração, tipicamente de subsistência.

O ano prestes a findar-se não só não trouxe nenhum sinal de modificação como ao contrário, parece ter contribuído para consolidar aquelas características. Assim, com uma superfície de plantio menor em cerca de 40% ao período precedente, o rendimento unitário foi praticamente o mesmo, situando-se no nível baixíssimo de 444 kg/ha ou menos de 18 sacas por alqueire. Cabe notar que a área de plantio é acentuadamente menor que qualquer dos últimos 8 anos anteriores.

3.4.1 — Critério

Sabidamente, a exploração do feijão em São Paulo pouca ou

QUADRO 8. — Feijão em São Paulo

Média Quinquênio e Ano	Área plantada 1 000 ha	Produção 1 000 sacos de 60 kg	Rendimento agrícola kg/ha	Preço médio recebido pelos lavradores		Índice geral de preços no Brasil (¹) b	a/bx100
				preço corrente NCr\$/60/kg	índice a		
Média:							
1948/52	209	2 274	653	0,16	100	100	100
1953/57	277	2 031	440	0,49	306	217	141
1958/62	357	2 392	402	2,11	1 319	678	195
Ano:							
1960	448	3 260	436	1,34	838	585	143
1961	356	2 320	391	1,51	944	803	118
1962	358	1 940	325	5,19	3 244	1 218	266
1963	387	2 680	415	5,62	3 512	2 116	166
1964	386	2 470	384	7,25	4 531	4 043	112
1965	330	3 150	572	10,37	6 481	6 344	102
1966	322	2 508	468	25,46	15 912	8 786	181
1967	370	2 700	437	18,71	11 694	11 296	104
1968 (²)	225	1 665	444	23,00	14 375	14 107	102

(¹) Baseado no índice «2» da Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas.

(²) Estimativa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola — S.A. — S.P.

nenhuma influência reflete em relação aos preços mínimos, pelo menos nos níveis em que estes têm sido estabelecidos e que de resto, ultimamente, não foram mais. Devido no entanto à grande importância do produto na dieta alimentar do povo é preciso que tais preços busquem um amparo efetivo à cultura, visando, se possível, contribuir para um incremento de plantio, o qual, nesta última safra foi notoriamente pequeno em relação às necessidades do estado.

À vista do exposto e das diretrizes gerais do trabalho propõe-se que a base dos preços mínimos de garantia para 1968/69 seja de NCr\$ 20,00 por saca de 60 quilos, tipo "3" das variedades de côes e livre ao produtor. A base acima, representaria um acréscimo inferior à 13% sobre aquela sugerida para 67/68 e aproximadamente 15% menos que o preço médio que deverá receber o produtor no corrente ano. Considerando-se todavia as características da exploração, tal preço pode ser considerado como satisfatório. De notar que será necessário expandir em cerca de 65% a atual área de feijão, para atingir-se a meta prevista para o estado, a qual, contempla ainda maciças importações de outras unidades da Federação.

3.5 — MILHO

A julgar-se pelos últimos dados disponíveis, a safra de milho em 1967/68 pode ser considerada boa sob o ponto de vista quantitativo. A área aumentou em pouco mais de 6%, transformando-se na 2.a maior área já plantada em

São Paulo (abaixo apenas daquela registrada em 1963) e o rendimento deverá ser praticamente idêntico e mesmo fracionalmente maior que aquele do ano precedente, devendo ser também o 2.o melhor rendimento já obtido (inferior apenas ao de 1965/66).

Se no aspecto quantitativo a safra foi satisfatória, o mesmo não se pode dizer do rendimento econômico da cultura que muito deixou a desejar. Isto em virtude dos preços do produto, que neste ano, ao que tudo indica, serão inferiores, mesmo em valores correntes, àqueles de há um ano atrás e em valor real, cerca de 40% menores que os de há dois anos. Apesar da falta de informações é justificada a previsão de que tais resultados deverão refletir-se no próximo plantio, provocando seu retraimento. Trata-se de eventualidade bastante séria, pois não se pode esquecer que este cereal é de longe o produto que maior influência exerce no abastecimento alimentar. Pode-se mesmo afirmar que a relativa normalização que vem sendo observada nestes 3 últimos anos na questão do abastecimento, deve-se em sua maior parte às crescentes safras de milho que o país vem apresentando. Apesar de muito repetido, convém frisar mais uma vez, que o milho exerce na infra-estrutura agrícola o mesmo papel que o aço na indústria. O país precisa, por inúmeras razões aumentar a produção e o consumo deste cereal. Qualquer inversão ou mesmo paralização no processo de aumento de produção que vinha sendo observado, poderá trazer graves consequências. Talvez caiba também repetir uma vez mais, que o

QUADRO 9. — Milho em São Paulo

Média Quinquênio e Ano	Área plantada 1000 ha	Produção 1000 sacos de 60 kg	Rendimento agrícola kg/ha	Preço médio recebido pelos lavradores		Índice geral de preços no Brasil (1) b	a/bx100
				preço corrente NCr\$/60/kg	índice a		
Média							
1948/52	804	18 047	1 347	0,08	100	100	100
1953/57	1 085	19 655	1 087	0,13	162	217	75
1958/62	1 189	28 100	1 418	0,55	688	678	101
Ano							
1960	1 324	29 000	1 314	0,36	450	585	77
1961	1 186	29 400	1 488	0,72	900	803	112
1962	1 331	36 900	1 663	1,00	1 250	1 218	103
1963	1 573	44 800	1 709	1,28	1 600	2 116	76
1964	1 263	23 600	1 121	3,15	3 938	4 043	97
1965	1 396	40 800	1 753	3,79	4 738	6 344	75
1966	1 367	41 500	1 821	5,55	6 938	8 786	79
1967	1 476	44 000	1 788	6,24	7 800	11 296	69
1968 (2)	1 573	47 000	1 793	6,20	7 750	14 107	55

(1) Baseado no índice «2» da Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas.

(2) Estimativa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola — S.A. — S.P.

milho não é cereal cuja produção deva ficar em função da exportação "in natura". Sua exportação deve ser feita preferivelmente sob forma de produtos transformados, quer pela indústria quer pelos animais. Evidentemente, isto não implica na condenação das vendas "in natura" quando estas não puderem ser transformadas, mas sim em não reconhecer validade a políticas de preços que emprestem excessiva ênfase às cotações do mercado mundial, no caso dum produto que é e deve mesmo ser, quase inteiramente consumido no mercado interno e ainda, com seu maior contingente absorvido nas próprias fontes de produção.

3.5.1 — Critério

A vista das considerações apresentadas e dos objetivos assinalados, julga-se que o preço mínimo para a futura safra deva ser de NCr\$ 7,50 por saca de 60 quilos da classe mole ou misto, tipo "3", livre ao produtor. Releva notar que o preço acima não chega a ser 5% maior que a base sugerida para o presente ano. Todavia, é ela bem mais elevada que os preços de garantia aprovados e ainda, cêrca de 21% maior que o preço médio que, se calcula, virão os produtores a receber no presente ano. Assim, justifica-se a suposição de que ela poderá contribuir para a consecução dos objetivos assinalados.

3.6 — MANDIOCA E SUBPRODUTOS

Em 1967/68 o cultivo da mandioca registrou, em comparação ao ano anterior, um acréscimo de 11% na área de plantio e de 5%

no rendimento unitário. Não obstante tal ganho, a safra pode ser considerada normal, pois a que lhe serviu de comparação havia acusado ligeiras perdas, tanto em relação à superfície de plantio como nos rendimentos. Em resumo, nenhuma novidade de monta no setor da mandioca.

3.6.1 — Critério

Este produto é de fundamental importância no abastecimento alimentar do povo, rivalizando neste sentido com o milho. Apesar disso, dadas suas características de cultivo de subsistência e ao fato de haver alternativas para a época da sua colheita, sua ação passa despercebida para muitos, transformando-se num produto algo esquecido.

Devido também às características já apontadas, a cultura da mandioca é fortemente refratária à qualquer ação dos preços mínimos, dentro evidentemente, de determinados limites.

Levando-se em conta o que vem de ser dito e também a enorme distância que atualmente existe entre os preços mínimos e aqueles vigentes no mercado, a ponto de tirar qualquer sentido à garantia de preços, sugere-se que para o próximo ano, seja estendida à farinha de mandioca o preço mínimo de NCr\$ 9.00 por sacco de 50 quilos, tipo "1", livre ao produtor. Esse preço equivaleria a um acréscimo de aproximadamente, 18% sôbre as atuais cotações de mercado.

Quanto à garantia aos demais subprodutos (farinha de raspa e

amido ou fécula) deve ela guardar a mesma relação já mantida em anos anteriores com a farinha.

3.7 — SOJA

Apesar dos esforços feitos e da falta de boas perspectivas para a maioria das culturas, em 1967/68 a soja não fez progressos consideráveis em São Paulo. Com efeito, o avanço de 20% na superfície de plantio é modesto face às diminutas proporções atuais do mesmo. A êste correspondeu um recuo quase igual nos rendimentos unitários, o qual, atingiu mais de 16%. Para o ano vindouro, talvez seja justificado aguardar-se nova, mas ligeira expansão. Em resumo, a soja ainda tem um bom caminho a percorrer a fim de entrar no rol das culturas normais e importantes do estado. Acredita-se que a extensão para São Paulo dos preços mínimos que venham a ser estabelecidos em função de regiões produtoras mais importantes, possam exercer a influência

que lhes compete no que se relaciona com esta exploração no estado.

3.8 — MAMONA

Tendo repetido, no trabalho relativo aos preços mínimos do ano passado, os argumentos que de há muito se invocam em favor da extensão da garantia de preços mínimos à mamona, far-se-á aqui abstração dos mesmos. Apenas, insiste-se na necessidade dessa extensão e sugere-se, tendo em vista o seu caráter inicial, que a base de garantia poderia ser estabelecida ao nível de 80% das cotações atualmente vigentes nos principais centros de consumo. Tendo em vista a desvalorização que deverá sofrer a moeda até a época da próxima colheita, o nível de preço sugerido parece conter ampla margem de segurança, parecendo mesmo que seu maior mérito será o de servir como referência para os posteriores plantios.